Lição 14: A Causa da Felicidade

> *Donde também se pergunta se é algo que se pode aprender, ou adquirir por costume, ou de outro modo exercitar de alguma maneira, ou se sobrevém segundo uma certa partícula divina ou por causa da fortuna. [165]*
>
> *Se, portanto, também algum outro dom dos deuses é dado aos homens, é razoável que também a felicidade seja dada por Deus, e sobretudo dentre as coisas humanas quanto é a melhor. Mas isto talvez seja mais próprio de outra investigação. [167]*
>
> *Parece, porém, que, ainda que não seja enviada por Deus, mas sobrevenha por causa da virtude e de uma certa disciplina ou exercício, seja algo entre as coisas mais divinas; pois o prêmio e o fim da virtude parece ser o ótimo e algo divino e bem-aventurado. [169]*
>
> *Será, ademais, também algo muito comum. Pois é possível que exista em todos os que não estão privados quanto à virtude, por meio de uma certa disciplina e estudo. [170]*
>
> *Ora, se é assim melhor ser feliz do que por causa da fortuna, é razoável que se comporte assim, se é que as coisas que são segundo a natureza são de tal modo constituídas que se comportem do melhor modo possível, e semelhantemente também as que são segundo a arte e toda causa, e sobretudo segundo a ótima. [171]*
>
> *Ora, entregar à fortuna o que é o maior e o ótimo seria algo muito pernicioso. [172]*
>
> *É manifesto, porém, a partir da definição aquilo que se busca. Pois se disse ser uma certa operação da alma segundo a virtude. Quanto aos demais bens, uns é necessário que existam, outros por natureza são cooperativos e úteis à maneira de instrumentos. [173]*
>
> *Ora, estas coisas estarão de acordo também com aquilo que foi dito no princípio. Pois colocamos como ótimo o fim da política. Ora, esta emprega o máximo empenho em fazer os cidadãos de tal qualidade e bons e operadores de*

> *bens. [174]*
>
> *Com razão, portanto, não dizemos ser feliz nem o boi nem o cavalo nem nenhum outro dos animais, pois nenhum deles pode participar de tal operação. [175]*
>
> *Por esta causa, também a criança não é feliz, pois ainda não é operadora de tais coisas por causa da idade. Ora, os que assim se dizem são chamados bem-aventurados por causa da esperança. Pois carece, como dissemos, tanto de virtude perfeita quanto de vida perfeita. [176]*

165. ***Donde também se pergunta*** etc. Depois que o Filósofo mostrou como as diversas opiniões concordam com a definição da felicidade acima posta, aqui investiga, por consequência, sobre a causa da felicidade.

E primeiro levanta a questão;

segundo a resolve, ali onde diz: ***se, portanto*** etc.

Acerca do primeiro é preciso considerar que é necessário que a felicidade proceda ou de uma causa por si e determinada, ou de uma causa por acidente e indeterminada, que é a fortuna: se, porém, de uma causa determinada e por si, ou será de uma causa humana ou de uma causa divina; ora, de uma causa humana algo se faz em nós de três modos: de um modo por aprendizado, como a ciência; de outro modo por costume, como a virtude moral; de um terceiro modo por exercício, como a arte militar, a indústria e outras coisas desse tipo.

166. Propõe, portanto, a questão de três membros. O primeiro deles pertence à causa humana, e é isto que pergunta: se a felicidade é algo que se pode aprender, como a ciência, ou adquirir por costume, como a virtude moral, ou de algum modo exercitar, como a indústria das obras artísticas. O segundo membro pertence à causa divina, e é isto que pergunta: se a felicidade está em nós segundo uma certa partícula divina, isto é, segundo alguma participação de algo dos entes divinos que estão acima do homem. O terceiro membro, por sua vez, pertence à causa por acidente e indeterminada, e é isto que pergunta: se a felicidade sobrevém ao homem por causa da fortuna.

167. Depois, quando diz: ***se, portanto*** etc., resolve a referida questão.

E primeiro como que por modo divisivo, considerando cada um dos membros da questão;

segundo por uma razão comum tomada da definição da felicidade, ali onde diz: ***é manifesto, porém, a partir da definição*** etc.

Acerca do primeiro faz três coisas:

primeiro, mostra que é sumamente razoável que a felicidade provenha de uma causa divina;

segundo, mostra que é aceitável que provenha de uma causa humana, ali: ***parece, porém*** etc.;

terceiro, mostra que é inconveniente que provenha de uma causa fortuita, ali: ***se, porém, é assim*** etc.

Diz, portanto, primeiro que, se alguma outra coisa é dada aos homens por dádiva dos deuses, isto é, das substâncias separadas que os antigos chamavam deuses, é razoável que a felicidade seja dádiva do Deus supremo, porque ela é o melhor entre os bens humanos. Pois é manifesto que a um fim mais elevado algo é conduzido por uma virtude mais elevada, assim como a arte militar conduz a um fim mais elevado do que a arte de fabricar freios; por isso é razoável que o último fim, a saber, a felicidade, provenha ao homem da suprema de todas as virtudes, isto é, do Deus supremo.

168. E que algo seja dado aos homens pelas substâncias separadas torna-se evidente pela própria conveniência dos homens com as substâncias separadas segundo a virtude intelectual: pois, assim como os corpos inferiores recebem suas perfeições dos corpos superiores, assim os intelectos inferiores as recebem dos intelectos superiores. Mas não se detém por mais tempo sobre isto, dizendo antes que isto é mais próprio de outra investigação, a saber, da metafísica.

169. Depois, quando diz: ***parece, porém*** etc., mostra que se diz de modo aceitável que a felicidade provém de uma causa humana, porque, ainda que seja de Deus principalmente, todavia o homem coopera com algo. E mostra isto de dois modos.

Primeiro, por isto que, se provém de uma causa humana, não se elimina aquilo que é próprio da felicidade, a saber, que seja algo ótimo e divino. E diz que, se a felicidade não é alguma dádiva enviada imediatamente por Deus, mas advém ao homem por causa da virtude, como algo que se adquire por hábito, ou por causa de alguma disciplina, como algo que se pode aprender, ou por causa de algum exercício, como algo que se obtém por treino, ainda assim a felicidade parece ser algo divíníssimo, porque, sendo prêmio e fim da virtude, segue-se que é algo ótimo, divino e bem-aventurado. Pois algo não se diz divino somente porque é de Deus, mas também porque nos assemelha a Deus pela excelência da bondade.

170. Segundo, ali: ***será, porém*** etc., mostra o mesmo por isto que esta posição conserva para a felicidade aquilo que pertence ao fim de alguma natureza, a saber, que seja algo comum àqueles que têm aquela natureza. Pois a natureza não falha naquilo que pretende senão em poucos casos, e assim, se a felicidade é o fim da natureza humana, é preciso que possa ser comum a todos ou a muitos dos que têm a natureza humana; e isto se preserva se provém de uma causa humana, porque assim, por meio de alguma disciplina e estudo, poderá advir a todos os que não têm algum impedimento para operar as obras da virtude, seja por defeito da natureza, como os que são naturalmente estúpidos, seja por um mau costume que imita a natureza. Do que fica claro que a felicidade de que fala o Filósofo não consiste naquela continuação com a inteligência separada pela qual o homem entenderia todas as coisas, como alguns sustentaram; pois isto não advém a muitos, antes a ninguém nesta vida.

171. Depois, quando diz: ***se, porém, é assim*** etc., mostra ser inaceitável que a causa da felicidade seja a fortuna, e isto por duas razões.

A primeira delas é a seguinte. Aquelas coisas que são segundo a natureza dispõem-se do melhor modo, conforme foram feitas aptas por natureza; e o mesmo vale também para tudo o que se faz segundo a arte ou segundo qualquer causa, e sobretudo segundo a melhor causa, da qual a felicidade parece depender, visto ser algo ótimo. E a razão disto é que tanto a arte como toda causa agente age em vista do bem, donde se segue que todo agente dispõe do melhor modo aquilo que faz, tão bem quanto pode; e isto se vê principalmente em Deus, que é causa de toda a natureza; e por isso aquelas coisas que são segundo a natureza parecem dispor-se tão bem quanto foram feitas para ser. Mas é melhor que a felicidade provenha de alguma causa por si, seja divina, seja humana, do que da fortuna, que é causa por acidente, porque sempre o que é por si é preferível ao que é por acidente. Não é, portanto, a felicidade proveniente da fortuna.

172. A segunda razão põe ali: ***o máximo, porém, e o ótimo*** etc. Que é a seguinte. A felicidade é o máximo de todos os bens humanos, porque todos os outros a ela se ordenam como ao fim. Ora, seria sumamente pernicioso se isto dependesse da fortuna, porque muito mais os outros bens humanos seriam fortuitos, e assim cessaria o empenho humano em buscar os bens humanos, o que seria perigosíssimo. Não é, portanto, a felicidade proveniente da fortuna.

173. Depois, quando diz: *é manifesto, porém* etc., resolve a questão precedente a partir da definição de felicidade acima estabelecida. E diz ser manifesto, pela definição de felicidade, o que é verdadeiro acerca daquilo que se indaga na questão anterior. Pois foi dito acima que a felicidade é operação da alma racional segundo a virtude. Ora, aquilo que é segundo a virtude é segundo a razão movida por alguma causa divina, ao passo que aquilo que é segundo a fortuna está fora da razão. Logo, a felicidade não provém da fortuna, mas de alguma causa humana próxima, e da causa divina principal e primeiramente. Concorrem, porém, para a felicidade alguns outros bens nos quais a fortuna opera algo: neles, todavia, a felicidade não consiste principalmente, mas alguns deles é necessário que existam para certo ornamento da felicidade, ao passo que outros cooperam instrumentalmente para a felicidade, como se disse acima. Por isso, por causa desses bens secundários, não se deve atribuir a felicidade à fortuna.

174. Depois, quando diz: ***estas coisas estarão de acordo*** etc., mostra que a definição de felicidade acima referida não só concorda com as opiniões dos outros acerca da felicidade, mas também com outras observações que são segundo a sua própria opinião. E acerca disto faz duas coisas:

primeiro, mostra que concorda com aquilo que por ele foi dito acima sobre a felicidade;

segundo, conclui o que se deve dizer corretamente segundo esta sentença, ali: ***convenientemente, portanto, nem um boi*** etc.

Diz, portanto, primeiro que estas coisas, a saber, que a felicidade é operação segundo a virtude, estão de acordo, isto é, em consonância, com aquilo que dissemos no proêmio. Pois pusemos ali que o melhor dos bens humanos, a saber, a felicidade, é o fim da política, cujo fim manifestamente é a operação segundo a virtude. Pois a política aplica a isto seu principal empenho, promulgando leis e aplicando prêmios e penas, a fim de tornar os cidadãos bons e operadores de bens, o que é operar segundo a virtude.

175. Depois, quando diz: ***convenientemente, portanto*** etc., conclui, a partir da razão precedente, a quais seres se deve negar a felicidade segundo aquilo que se diz convenientemente.

E primeiro diz que nenhum animal irracional se diz feliz, e isto convenientemente, porque nenhum deles pode participar da operação da virtude que é segundo a razão, que dissemos ser a felicidade.

176. Segundo, ali: ***por esta mesma causa*** etc., exclui da felicidade também as crianças. E diz que, pela mesma causa, também a criança não pode ser dita feliz, porque, por defeito da idade, ainda não tem o pleno uso da razão para poder ser operadora de operações virtuosas. E se às vezes são ditas bem-aventuradas, isto se dá por causa da esperança de perfeição futura que se concebe a respeito delas a partir de alguns indícios. Por isso, no presente não são felizes, porque a felicidade, como se disse acima, precisa tanto de virtude perfeita, para que seja não só uma boa, mas a melhor operação, quanto de vida perfeita, para que seja boa operação contínua e duradoura.

Revision #2
Created 11 October 2026 19:04:27 by Admin
Updated 15 October 2026 22:36:33 by Admin